

HABEAS CORPUS Nº 538.563 - SP (2019/0303677-4)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : WASHINGTON BENEDITO RAMALHO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : WASHINGTON BENEDITO RAMALHO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio impetrado por WASHINGTON BENEDITO RAMALHO contra ato do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

O impetrante/paciente alega constrangimento ilegal decorrente de acórdão proferido pela Quarta Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, que negou provimento ao agravo em execução, mantendo a anotação de falta disciplinar de natureza grave em seus registros.

Assevera que não há elementos seguros que apontem a autoria da transgressão disciplinar. Segundo afirma o impetrante, a substância entorpecente cuja posse lhe foi atribuída não teria sido encontrada em seu poder, mas na área externa do estabelecimento prisional.

Diante disso, postula a concessão da ordem, buscando, liminarmente, a exclusão da anotação desabonadora em seus registros prisionais e, no mérito, a retificação dos registros de cumprimento da pena, com o afastamento da punição decorrente da prática da falta disciplinar.

O pedido liminar foi indeferido (e-STJ, fls. 18/19).

A impetração — levada adiante pelo próprio paciente, que, aparentemente, não possui capacidade postulatória nem teve acesso aos documentos necessários para instruir o feito — foi remetida à Defensoria Pública do Estado de São Paulo, para que se manifestasse acerca do pedido formulado.

Em sua manifestação, o órgão se manifesta em favor do

reconhecimento da insuficiência de provas de autoria e materialidade da falta grave. Assevera que a condenação foi baseada tão somente em depoimentos prestados pelos funcionários do estabelecimento prisional, sem qualquer outro elemento capaz de atestar a ocorrência da transgressão disciplinar.

O Tribunal de origem prestou informações (e-STJ, fls. 23/52).

Os autos foram, então, remetidos ao Ministério Público Federal, que opinou pelo não conhecimento da impetração (e-STJ, fls. 64/67).

É o relatório. **Decido.**

O Supremo Tribunal Federal, por sua Primeira Turma, e a Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça, diante da utilização crescente e sucessiva do *habeas corpus*, passaram a restringir a sua admissibilidade quando o ato ilegal for passível de impugnação pela via recursal própria, sem olvidar a possibilidade de concessão da ordem, de ofício, nos casos de flagrante ilegalidade. Esse entendimento objetivou preservar a utilidade e a eficácia do *mandamus*, que é o instrumento constitucional mais importante de proteção à liberdade individual do cidadão ameaçada por ato ilegal ou abuso de poder, garantindo a celeridade que o seu julgamento requer.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes julgados, exemplificativos dessa nova orientação das Cortes Superiores do País: HC n. 320.818/SP, Relator Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turma, julgado em 21/5/2015, DJe 27/5/2015; e STF, HC n. 113890/SP, Relatora Ministra ROSA WEBER, Primeira Turma, julg. em 3/12/2013, DJ 28/2/2014.

Assim, de início, incabível o presente *habeas corpus* substitutivo de recurso. Todavia, em homenagem ao princípio da ampla defesa, passa-se ao exame da insurgência, para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal passível de ser sanado pela concessão, de ofício, da ordem.

De acordo com os autos, o paciente teve contra si a anotação da prática de uma falta disciplinar de natureza grave, cometida no dia 27 de janeiro de

2018, consistente em posse de substância entorpecente. Como consequência da transgressão, o paciente perdeu um terço dos dias remidos, além de ter recalculada sua pena.

A defesa interpôs agravo em execução, postulando a reforma da decisão proferida pelo juízo das execuções penais. Argumenta que as provas coligidas são insuficientes para atestar a autoria e a materialidade da infração disciplinar.

O Tribunal de origem, contudo, rechaçou os argumentos defensivos, mantendo os termos da sentença. A respeito das provas de autoria e materialidade, o Colegiado estadual fez as seguintes ponderações (e-STJ, fls. 40/41):

Há provas seguras quanto à autoria do agravante no evento que deu causa ao reconhecimento da falta disciplinar.

E isso se conclui à simples leitura do depoimento prestado pelo Agente Penitenciário Danilo (f.25).

Declarou que, na ocasião dos fatos, efetuava vistoria aos visitantes, no momento em que a Sra. Thayse, mulher do sentenciado, entregou um "tupperware" com alimentos, destinado ao acusado, sendo vistoriado o objeto e localizado em seu interior, um invólucro contendo 485,15 gramas de "maconha".

Leandro, colega de serviço de Danilo, destaca que havia delações anônimas de que ocorreria entrega de entorpecentes ao sentenciado, razão pela qual orientou Danilo a vistoriar os alimentos destinados ao agravante, f. 26, apreendendo-se o narcótico.

E o boletim de ocorrência acostado à f. 12/13, bem como o auto de apreensão de f. 10, confirmam integralmente as narrativas das testemunhas.

O sentenciado, por sua vez, permaneceu silente, inexistindo qualquer elemento de prova que contrarie o narrado pelos Agentes Penitenciários, cujas versões são corroboradas pelo quadro de apreensão do narcótico, localizado junto aos alimentos destinados ao sentenciado, em conformidade à delação anônima recebida previamente.

De fato, não há como discutir, nos estreitos limites de cognição

do *habeas corpus*, questões que digam respeito à autoria ou materialidade da transgressão disciplinar, já que tal debate demanda o revolvimento do material fático-probatório dos autos.

EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. VIA INADEQUADA. POSSE DE APARELHO CELULAR. FALTA GRAVE RECONHECIDA PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. ALTERAÇÃO DA DATA-BASE PARA CONCESSÃO DE FUTUROS BENEFÍCIOS, SALVO LIVRAMENTO CONDICIONAL E INDULTO. PERDA DOS DIAS REMIDOS. DESPROPORCIONALIDADE DA SANÇÃO. INOCORRÊNCIA.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acompanhando a orientação da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, firmou-se no sentido de que o habeas corpus não pode ser utilizado como substituto de recurso próprio, sob pena de desvirtuar a finalidade dessa garantia constitucional, exceto quando a ilegalidade apontada é flagrante, hipótese em que se concede a ordem de ofício.

2. Consoante firme jurisprudência desta Corte, "a aferição da ocorrência ou não do cometimento de falta grave pelo Paciente, apreciada nas instâncias ordinárias, demanda o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, providência incompatível com a via estreita do habeas corpus" (HC 260.289/RJ, Rel. Min. Regina Helena Costa, Quinta Turma, DJe de 17/2/2014). Precedentes.

3. In casu, a falta grave (porte de aparelho celular) foi regularmente apurada em procedimento administrativo disciplinar e confirmada pelas instâncias ordinárias, sendo aplicadas ao reeducando a perda de parte dos dias remidos e a alteração da data-base para obtenção de futuros benefícios, salvo livramento condicional e indulto, conclusão que se alinha à jurisprudência deste Tribunal.

4. Habeas corpus não conhecido. (HC 316.725/RS, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, Quinta Turma, julgado em 15/9/2015, DJe 5/10/2015)

EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO SUBSTITUTIVA DE RECURSO ESPECIAL. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. FUGA. FALTA GRAVE. CARACTERIZAÇÃO. EXAME APROFUNDADO DOS

ELEMENTOS DE CONVICÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. WRIT NÃO CONHECIDO.

1. *É imperiosa a necessidade de racionalização do emprego do habeas corpus, em prestígio ao âmbito de cognição da garantia constitucional, e, em louvor à lógica do sistema recursal. In casu, foi impetrada indevidamente a ordem como substitutiva de recurso especial.*
2. *Verifica-se, na espécie, que não há flagrante ilegalidade a ser reconhecida. Hipótese em que as instâncias originárias, analisando profundamente as provas produzidas na execução penal, concluíram que são suficientes para demonstrar a caracterização da falta grave cometida.*
3. *Diante desse quadro, não se mostra possível, na via estreita do habeas corpus, proceder a um reexame detalhado dos elementos de convicção para se chegar a conclusão diversa.*
4. *Writ não conhecido.* (HC 227.364/MG, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Sexta Turma, julgado em 6/8/2013, DJe 20/8/2013)

Assim, não há como reconhecer o constrangimento ilegal apontado na presente impetração, pois as instâncias originárias concluíram pela caracterização da falta grave cometida pelo paciente e modificar tal entendimento exigiria uma profunda análise no conjunto fático produzido no procedimento administrativo disciplinar, o que é vedado no *habeas corpus*.

Ante todo o exposto, com base no art. 34, XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **nego seguimento** ao presente *habeas corpus*.

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator